



Prefeitura da Estância Turística de Tremembé-SP
Professor I – Educação Integral

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	1
Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras	4
Pontuação	11
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem ...	16
Concordância verbal e nominal	27
Regência verbal e nominal	29
Colocação pronominal	32
Crase	34
Questões	35
Gabarito	46

MATEMÁTICA

Resolução de situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal	1
Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum	3
Razão e proporção	6
Regra de três simples ou composta	9
Porcentagem	10
Equações do 1º ou do 2º grau	13
Sistema de equações do 1º grau	18
Grandezas e medidas: quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa	20
Relação entre grandezas: tabela ou gráfico	25
Tratamento da informação: média aritmética simples	29
Noções de geometria – forma, ângulos, área, perímetro, volume, teoremas de pitágoras ou de Tales	30
Questões	46
Gabarito	53

SUMÁRIO



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conhecimentos sobre princípios básicos de informática	1
Dispositivos de armazenamento. Periféricos de um computador	2
Ms-windows 10: configurações, conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos ms-office 2013 e 2016.....	7
Aplicativos do pacote microsoft office 2016 (word e power point).....	28
Correio eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos	45
Navegação na internet, conceitos de url, links, sites, busca e impressão de páginas. Uso dos principais navegadores (internet explorer, mozilla firefox e google chrome) ...	50
Aplicativos do google workspace: docs (documentos), forms (formulários), drive (pasta virtual), meet (videoconferência), gmail (e-mail)	56
Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware, etc.)	62
Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).....	66
Questões	68
Gabarito.....	77

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO

O direito à educação e a função social da escola; legislação educacional.....	1
Gestão democrática: autonomia e participação como princípios	12
Concepções de educação e de escola: tendências pedagógicas e a prática do professor polivalente	13
Concepções de desenvolvimento e aprendizagem.....	17
Projeto político-pedagógico: organização do trabalho escolar.....	23
Currículo e trabalho docente: planejamento, seleção e organização dos conteúdos	26
A avaliação e os processos de ensino e de aprendizagem	39
Alfabetização e letramento	40
Educação matemática	44
Direitos humanos e diversidade	47
Docência e identidade profissional: autonomia, formação e pesquisa	56
Educação inclusiva.....	58
Eja	68
Cultura digital e uso de tecnologias na educação	70
Infâncias e culturas infantis	72
Educação integral.....	75
A educação escolar e as tecnologias de informação e comunicação (tic)	76
Questões	78
Gabarito.....	85

SUMÁRIO



BIBLIOGRAFIA

Ainscow, mel. Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada? In: fávero, osmar; ferreira, windyz; ireland, timothy; barreiros, débora (orgs.). Tornar a educação inclusiva. Brasília: unesco, 2009. P. 11-23.....	1
Alavarse, ocimar munhoz. A organização do ensino fundamental em ciclos: algumas questões. Revista brasileira de educação, rio de janeiro, v. 14, P. 35-50, 2009	2
Barbosa, maria carmen silveira. Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. Educação & sociedade, campinas, v. 28, N. 100 – Especial, p. 1059-1083, Out. 2007.....	3
Benevides, maria victoria. Educação para a democracia. Lua nova. Revista de cultura e política, são paulo, v. 38, P. 223-237, 1996.....	4
Berbel, neusi aparecida navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. Semina: ciências sociais e humanas, londrina, v. 32, N. 1, P. 25-40, Jan./Jun. 2011	6
Carolyn, edward; [et. Al.] As cem linguagens da criança. Porto alegre. Artmed, 1999 ..	7
Carvalho, marília pinto de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. Educação e pesquisa, são paulo, v. 29, N. 1, P. 185-193, Jan./Jun. 2003	8
Cavaliere, ana maria. Escola pública de tempo integral no brasil: filantropia ou política de estado? Educação & sociedade, campinas, v. 35, N. 129, P. 1205-1222, Out./Dez. 2014.....	9
Cavalleiro, eliane (org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São paulo: summus, 2001. (Capítulos: formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial, p. 65-82 / Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor, p. 141-160 / Negritude, letramento e uso social da oralidade, p. 179-194)	11
Ferreiro, emilia. Reflexões sobre alfabetização. São paulo: cortez, 1993	12
Fochi, paulo. Afinal, o que os bebês fazem no berçário?: Comunicação, autonomia e saber-fazer de bebês em um contexto de vida coletiva. Porto alegre, penso, 2015.....	13
Frade, isabel; araújo, mônica; glória, julianna. Multimodalidade na alfabetização: usos da leitura e da escrita digital por crianças em contexto escolar. Revista brasileira de alfabetização, belo horizonte, v. 1, N. 8, P. 57-84, Jul./Dez. 2018	14
Franco, maria amélia santoro; pimenta, selma garrido (orgs.). Didática: embates contemporâneos. São paulo: edições loyola, 2010	15
Freire, paulo. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. São paulo: editora olhos d'água, 1997	16
Haddad, sérgio; di pierro, maria clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista brasileira de educação, rio de janeiro, n. 14, P. 108-130, Maio/ago. 2000.....	17
La taille, yves de; oliveira, marta kohl de; dantas, heloysa. Piaget, vygotsky, wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São paulo: summus, 1992	18
Lopes, claudivan; pontuschka, nídia. Estudo do meio: teoria e prática. Geografia, londrina, v. 18, N. 2, P. 173-191, 2009	19
Mantoan, maria teresa eglér. Diferenciar para incluir ou para excluir? Por uma pedagogia da diferença. Diversa. 29 Out. 2013	20
Moran, josé. Mudando a educação com metodologias ativas. 2015	21

SUMÁRIO



Moreira, antonio flavio barbosa; candau, vera maria. Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: ministério da educação, secretaria da educação básica, 2007.....	22
Nóvoa, antónio. Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: educa, 2009	23
Panizza, mabel et al. Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais: análises e propostas. Porto alegre: artmed, 2006.....	24
Paro, vitor. Escritos sobre educação. São paulo: xamã, 2001. (Capítulos: educação para a democracia: o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino, p. 33-47 / A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública, p. 91-99 / Autonomia escolar: propostas, práticas e limites, p. 113-116)	25
Sasseron, lúcia helen; carvalho, anna maria pessoa de. Alfabetização científica: uma revisão bibliográfica. Investigações em ensino de ciências, porto alegre, v. 16, N. 1, P. 59-77, 2011.....	26
Silva, janssen felipe; hoffmann, jussara; esteban, maria teresa (orgs.). Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo. Porto alegre: mediação, 2003	27
Silva, roberto rafael dias da. Currículo, conhecimento e transmissão cultural: contribuições para uma teorização pedagógica contemporânea. Cadernos de pesquisa, são paulo, v. 46, N. 159, P. 158-182, 2016	28
Soares, magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista brasileira de educação, rio de janeiro, n. 25, P. 5-17, Jan./Abr. 2004.....	29
Veiga, ilma passos alencastro. Projeto político-pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. Revista retratos da escola, brásilia, v. 3, N. 4, P. 163-171, Jan./Jun. 2009.....	30
Weisz, telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São paulo: editora ática, 1999.....	31

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

Constituição da república federativa do brasil (atualizada); brásilia: imprensa oficial, 1988 (artigos 205 a 214)	1
Lei nº 8.069, De 13 de julho de 1990: estatuto da criança e do adolescente. (Artigos 1º ao 6º; 15 ao 18-b; 53 a 59; 131 a 138).....	6
Lei nº 9.394, De 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (atualizada).....	12
Base nacional comum curricular; brásilia: seb, 2017; (introdução e estrutura da base)	44
Lei nº 13.146, De 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência) – artigos do 1º ao 30.....	100
Ministério da educação: política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva.....	108
Lei nº 13.005, De 25 de junho de 2014: aprova o plano nacional de educação – pne e dá outras providências	116
Pna – política nacional de alfabetização	120

SUMÁRIO



Resolução cne/ceb nº 4, de 2 de outubro de 2009: institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial	129
Resolução cne/ceb 04/2010 – diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica	131
Resolução cne/ceb 05/2009 – diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil	147
Resolução cne/ceb 07/2010 – diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos.....	151
Parecer cne/seb nº 06/2010 – diretrizes operacionais para a educação de jovens e adultos	163
Resolução cne/cp nº 01/2004 – institui diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.....	163
Lei complementar nº 390, de 12 de setembro de 2022 - dispõe sobre a reestruturação do magistério público municipal, instituindo o “plano de carreira e de valorização do magistério público municipal da estância turística de tremembé”, e dá outras providências	178
Regimento escolar comum da rede municipal de ensino de tremembé	178
Lei complementar nº 391, de 04 de outubro de 2022: dispõe sobre a organização administrativa, plano de cargos e salários e evolução funcional dos servidores públicos do município da estância turística de tremembé e dá outras providências.....	184
Lei nº 11.645, De 10 de março de 2008, que substitui a lei nº 10.639/2003, E tornou obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio, tanto em escolas públicas como privadas	185
Parecer cne/ceb nº 2/2022, aprovado em 17 de fevereiro de 2022 – normas sobre computação na educação básica – complemento à base nacional comum curricular (bncc);legislação e documentos institucionais	185
Questões	186
Gabarito.....	190

SUMÁRIO

COMO ACESSAR O SEU BÔNUS

Se você comprou essa apostila em nosso site, o bônus já está liberado na sua área do cliente. Basta fazer login com seus dados e aproveitar.

Mas caso você não tenha comprado no nosso site, siga os passos abaixo para ter acesso ao bônus:



Acesse o endereço editorasolucao.com.br/bonus.



Digite o código que se encontra atrás da apostila (**conforme foto ao lado**).

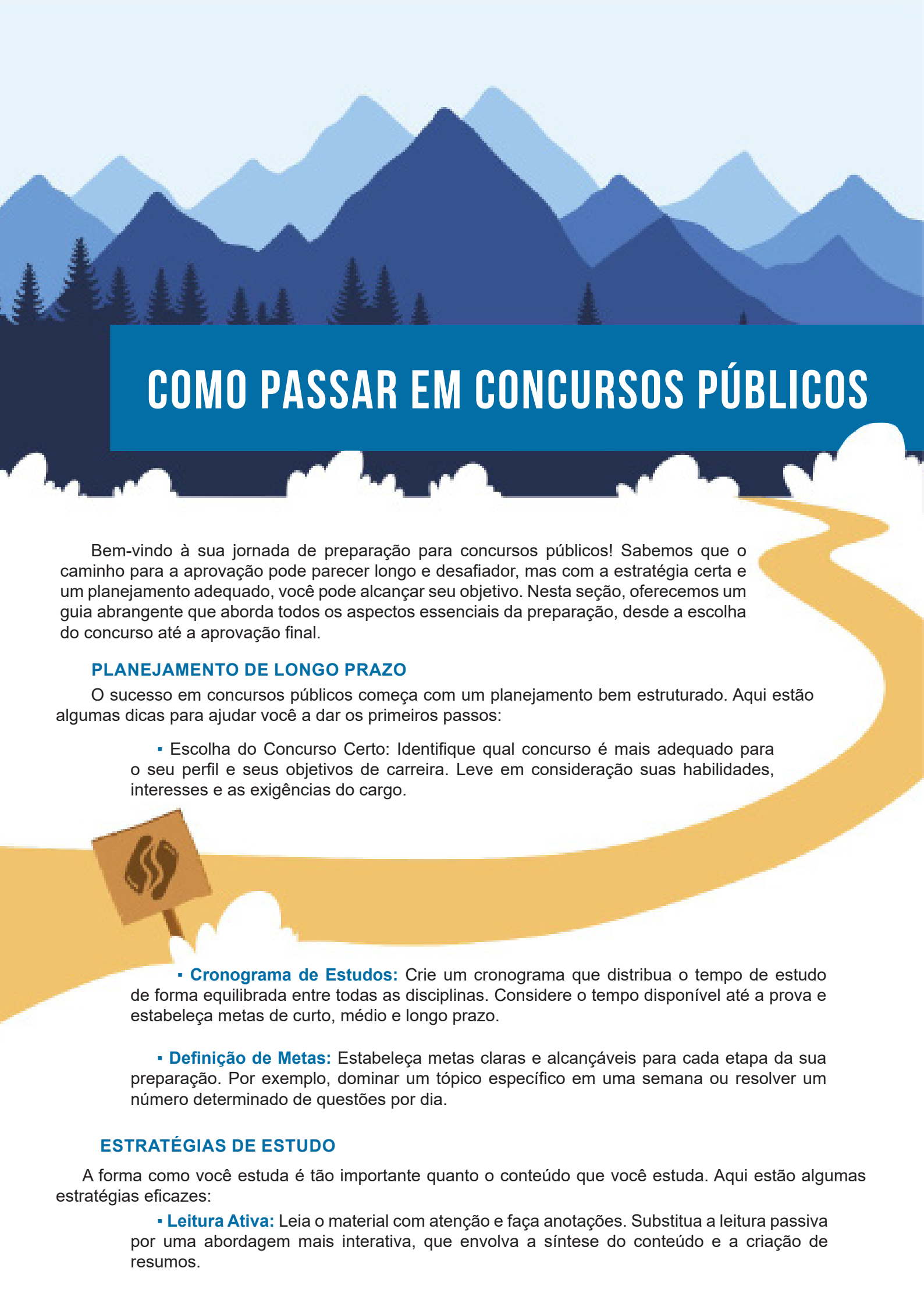


Siga os passos para realizar um breve cadastro e acessar o **bônus**.



Este material segue o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Todos os direitos são reservados à Editora Solução, conforme a Lei de Direitos Autorais (Lei Nº 9.610/98). É proibida a venda e reprodução em qualquer meio, seja eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, sem a permissão prévia da Editora Solução.

PIRATARIA É CRIME !



COMO PASSAR EM CONCURSOS PÚBLICOS

Bem-vindo à sua jornada de preparação para concursos públicos! Sabemos que o caminho para a aprovação pode parecer longo e desafiador, mas com a estratégia certa e um planejamento adequado, você pode alcançar seu objetivo. Nesta seção, oferecemos um guia abrangente que aborda todos os aspectos essenciais da preparação, desde a escolha do concurso até a aprovação final.

PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO

O sucesso em concursos públicos começa com um planejamento bem estruturado. Aqui estão algumas dicas para ajudar você a dar os primeiros passos:

- **Escolha do Concurso Certo:** Identifique qual concurso é mais adequado para o seu perfil e seus objetivos de carreira. Leve em consideração suas habilidades, interesses e as exigências do cargo.

- **Cronograma de Estudos:** Crie um cronograma que distribua o tempo de estudo de forma equilibrada entre todas as disciplinas. Considere o tempo disponível até a prova e estabeleça metas de curto, médio e longo prazo.

- **Definição de Metas:** Estabeleça metas claras e alcançáveis para cada etapa da sua preparação. Por exemplo, dominar um tópico específico em uma semana ou resolver um número determinado de questões por dia.

ESTRATÉGIAS DE ESTUDO

A forma como você estuda é tão importante quanto o conteúdo que você estuda. Aqui estão algumas estratégias eficazes:

- **Leitura Ativa:** Leia o material com atenção e faça anotações. Substitua a leitura passiva por uma abordagem mais interativa, que envolva a síntese do conteúdo e a criação de resumos.

• **Revisão Espaçada:** Revise o conteúdo de forma sistemática, utilizando intervalos regulares (dias, semanas e meses) para garantir que a informação seja consolidada na memória de longo prazo.

• **Mapas Mentais:** Use mapas mentais para visualizar e conectar conceitos. Esta técnica facilita a compreensão e a memorização de tópicos complexos.

• **Gerenciamento de Diferentes Disciplinas:** Adapte suas técnicas de estudo para lidar com diferentes tipos de disciplinas, como exatas, humanas ou biológicas. Cada matéria pode exigir uma abordagem específica.

GESTÃO DO TEMPO

Uma das habilidades mais cruciais para quem estuda para concursos é a capacidade de gerenciar o tempo de forma eficaz:

• **Divisão do Tempo:** Divida seu tempo de estudo entre aprendizado de novos conteúdos, revisão e prática de questões. Reserve tempo para cada uma dessas atividades em seu cronograma.

• **Equilíbrio entre Estudo e Lazer:** Para manter a produtividade, é essencial equilibrar o tempo dedicado aos estudos com momentos de descanso e lazer. Isso ajuda a evitar o esgotamento e a manter a motivação alta.

MOTIVAÇÃO E RESILIÊNCIA

Manter a motivação ao longo de meses ou até anos de estudo é um dos maiores desafios. Aqui estão algumas dicas para ajudá-lo a manter-se firme:

• **Superação da Procrastinação:** Identifique os gatilhos que levam à procrastinação e crie estratégias para enfrentá-los, como dividir tarefas grandes em etapas menores e mais gerenciáveis.

• **Lidando com Ansiedade e Estresse:** Utilize técnicas de relaxamento, como meditação, exercícios físicos e pausas regulares, para manter o bem-estar mental e físico.

• **Manutenção da Motivação:** Defina pequenas recompensas para si mesmo ao atingir suas metas. Lembre-se constantemente do seu objetivo final e das razões pelas quais você decidiu se preparar para o concurso.

À medida que você avança nessa jornada desafiadora, lembre-se de que o esforço e a dedicação que você coloca nos seus estudos são os alicerces para o sucesso. Confie em si mesmo, no seu processo, e mantenha a perseverança, mesmo diante dos obstáculos. Cada pequeno passo que você dá o aproxima do seu objetivo. Acredite no seu potencial, e não se esqueça de celebrar cada conquista ao longo do caminho. A Editora Solução estará com você em cada etapa dessa jornada, oferecendo o apoio e os recursos necessários para o seu sucesso. Desejamos a você bons estudos, muita força e foco, e que a sua preparação seja coroada com o sucesso merecido. Boa sorte, e vá com confiança em direção ao seu sonho!

Bons estudos!





Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





Matemática

A habilidade de resolver problemas matemáticos é aprimorada através da prática e do entendimento dos conceitos fundamentais. Neste contexto, a manipulação de números racionais, seja em forma fracionária ou decimal, mostra-se como um aspecto essencial. A familiaridade com essas representações numéricas e a capacidade de transitar entre elas são competências essenciais para a resolução de uma ampla gama de questões matemáticas. Vejamos alguns exemplos:

01. (Câmara Municipal de São José dos Campos/SP – Analista Técnico Legislativo – Designer Gráfico – VUNESP) Em um condomínio, a caixa d'água do bloco A contém 10 000 litros a mais de água do que a caixa d'água do bloco B. Foram transferidos 2 000 litros de água da caixa d'água do bloco A para a do bloco B, ficando o bloco A com o dobro de água armazenada em relação ao bloco B. Após a transferência, a diferença das reservas de água entre as caixas dos blocos A e B, em litros, vale

- (A) 4 000.
- (B) 4 500.
- (C) 5 000.
- (D) 5 500.
- (E) 6 000.

Resolução:

$$A = B + 10000 \quad (I)$$

$$\text{Transferidos: } A - 2000 = 2.B, \text{ ou seja, } A = 2.B + 2000 \quad (II)$$

Substituindo a equação (II) na equação (I), temos:

$$2.B + 2000 = B + 10000$$

$$2.B - B = 10000 - 2000$$

$$B = 8000 \text{ litros (no início)}$$

$$\text{Assim, } A = 8000 + 10000 = 18000 \text{ litros (no início)}$$

Portanto, após a transferência, fica:

$$A' = 18000 - 2000 = 16000 \text{ litros}$$

$$B' = 8000 + 2000 = 10000 \text{ litros}$$

$$\text{Por fim, a diferença é de : } 16000 - 10000 = 6000 \text{ litros}$$

Resposta: E.

02. (EBSERH/ HUSM/UFSM/RS – Analista Administrativo – AOCP) Uma revista perdeu $\frac{1}{5}$ dos seus 200.000 leitores.

Quantos leitores essa revista perdeu?

- (A) 40.000.
- (B) 50.000.
- (C) 75.000.
- (D) 95.000.
- (E) 100.000.



A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras “informação” e “automática”, reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a se popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

FUNDAMENTOS DE INFORMÁTICA

– **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).

– **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.

– **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.

– **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.

– **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

– **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

Segurança da Informação: Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

TIPOS DE COMPUTADORES

– **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

– **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.



Conhecimentos Pedagógicos e Legislação

DIREITO À EDUCAÇÃO

O direito à educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano e social, sendo considerado essencial para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

No Brasil, o reconhecimento desse direito evoluiu ao longo de décadas e culminou com seu fortalecimento na Constituição Federal de 1988, a qual promove a educação a um status de direito social e dever do Estado e da família, com o objetivo de garantir a todos o acesso à instrução, desenvolvimento e preparo para o exercício da cidadania.

— Contextualização Histórica do Direito à Educação

A trajetória histórica do direito à educação no Brasil revela uma série de avanços e desafios. Nos períodos anteriores à Constituição de 1988, a educação era tratada de forma limitada e, muitas vezes, excludente, refletindo as desigualdades socioeconômicas e regionais que marcam o país. Com a Constituição de 1934, pela primeira vez, a educação foi inserida como um direito social, mas o alcance e a implementação desse direito eram restritos e focalizados em grupos específicos da população.

Nas constituições seguintes, houve algum avanço no papel do Estado em relação à educação, mas ainda sem a estrutura necessária para tornar o direito universal e igualitário. Foi com a Constituição de 1988 que o direito à educação ganhou força e amplitude, tornando-se um direito universal, gratuito e obrigatório na educação básica, consolidado como um dos direitos fundamentais da população. Essa mudança foi decisiva para estabelecer a educação como direito de todos e criar diretrizes para políticas educacionais inclusivas e acessíveis.

Educação como Direito Fundamental

Na Constituição de 1988, o direito à educação é tratado no Título II, Capítulo III, que abrange os direitos sociais, e detalhado no Título VIII, Capítulo III, dedicado à ordem social. O Artigo 205 define a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família”, com a finalidade de assegurar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Este dispositivo estabelece que a educação é um direito básico, sendo essencial para a autonomia e a dignidade da pessoa, além de servir como meio de inclusão e mobilidade social.

O Artigo 206 da Constituição destaca os princípios fundamentais que devem guiar a educação nacional, incluindo a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a gratuidade do ensino público e a valorização dos profissionais da educação. Esses princípios visam criar uma base para uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, promovendo a igualdade de oportunidades entre os cidadãos.

O Impacto Social e Econômico do Direito à Educação

Além de ser um direito em si, a educação exerce um papel instrumental na promoção de outros direitos e no desenvolvimento sustentável do país. Uma população educada tem maior capacidade de acesso ao mercado de trabalho, de se informar sobre seus direitos e deveres e de participar ativamente da vida política e social. Dessa forma, a educação é um fator decisivo na promoção da justiça social e na redução de desigualdades.

O impacto econômico do direito à educação também é significativo: a formação de uma força de trabalho qualificada contribui para o crescimento econômico e para a inovação, beneficiando o desenvolvimento sustentável e a competitividade do país no cenário global. Investir em educação é, portanto, um dos principais caminhos para reduzir desigualdades regionais e sociais, combatendo a pobreza e melhorando as condições de vida da população.



Bibliografia

No capítulo “Tornar a Educação Inclusiva: Como Esta Tarefa Deve Ser Conceituada?”, presente no livro “Tornar a Educação Inclusiva”, publicado pela UNESCO em 2009, Mel Ainscow discute os desafios e as possibilidades de construção de uma educação verdadeiramente inclusiva. O autor argumenta que a inclusão educacional não pode ser vista apenas como um conjunto de políticas e práticas voltadas para alunos com deficiência, mas sim como uma abordagem ampla que busca garantir oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças sociais, culturais, econômicas ou cognitivas.

Ainscow começa sua análise destacando que, historicamente, a educação tem sido estruturada de forma excludente, baseada em modelos padronizados que desconsideram a diversidade dos alunos. Esse modelo tradicional parte do pressuposto de que há um padrão ideal de estudante e que aqueles que não se encaixam nesse perfil precisam ser “ajustados” ou deslocados para espaços especializados. No entanto, essa concepção vai contra o princípio da inclusão, que propõe a adaptação do sistema escolar para atender a todos os alunos, e não a adaptação dos alunos ao sistema escolar.

O autor ressalta que a educação inclusiva deve ser entendida como um processo contínuo de transformação da escola, que envolve mudanças na cultura, nas políticas e nas práticas pedagógicas. Ele critica abordagens que tratam a inclusão apenas como uma série de medidas pontuais, como a criação de salas de recursos ou a inserção de professores especializados, sem modificar profundamente a estrutura da escola e sua visão sobre a diversidade. Para que a inclusão seja efetiva, é necessário um compromisso coletivo para construir um ambiente escolar acessível, acolhedor e que valorize a participação ativa de todos os alunos.

Outro ponto fundamental abordado por Ainscow é a necessidade de um trabalho colaborativo dentro da escola. A inclusão não é responsabilidade exclusiva dos professores de educação especial, mas sim de toda a equipe escolar. Os educadores precisam compartilhar experiências, refletir sobre suas práticas e buscar soluções conjuntas para atender às necessidades dos estudantes. Além disso, a participação das famílias e da comunidade é essencial para garantir que a escola seja um espaço verdadeiramente inclusivo e democrático.

Ainscow também destaca que a educação inclusiva não se limita apenas a garantir a presença física dos alunos na escola, mas deve se preocupar com sua aprendizagem real e sua participação ativa. Muitas vezes, alunos são matriculados em escolas regulares, mas não recebem suporte adequado para acompanhar as atividades, o que resulta em exclusão dentro do próprio ambiente escolar. Para evitar isso, é necessário repensar as metodologias de ensino, tornando-as mais flexíveis e adaptáveis às diferentes formas de aprendizagem.

Além disso, o autor enfatiza que a inclusão educacional não deve ser vista como um desafio isolado, mas sim como parte de uma agenda mais ampla de justiça social. Ele argumenta que a desigualdade no acesso à educação é reflexo de desigualdades estruturais presentes na sociedade, e que a escola tem um papel fundamental na promoção de maior equidade e na redução dessas disparidades. A inclusão, portanto, não beneficia apenas os alunos com deficiência ou aqueles que historicamente enfrentam barreiras no aprendizado, mas enriquece o ambiente escolar como um todo, proporcionando interações mais diversas e ampliando as perspectivas de todos os envolvidos.

Ainscow também aborda as dificuldades e resistências enfrentadas na implementação de uma educação inclusiva. Muitas escolas e professores ainda operam dentro de um modelo tradicional de ensino, e a falta de formação adequada pode ser um obstáculo para a adoção de práticas mais inclusivas. Além disso, a escassez de recursos materiais e humanos é um fator que pode dificultar a transformação das escolas em espaços acessíveis para todos. No entanto, o autor reforça que a inclusão não depende apenas de grandes investimentos financeiros, mas principalmente de uma mudança de mentalidade e de um compromisso genuíno com a valorização da diversidade.

Para superar esses desafios, Ainscow sugere que as escolas adotem uma abordagem baseada na experimentação e na reflexão contínua. Ele argumenta que não há um modelo único de educação inclusiva que possa ser aplicado em todas as escolas, pois cada contexto tem suas particularidades. Dessa forma, as instituições devem estar dispostas a testar novas práticas, aprender com os erros e buscar constantemente aprimorar suas estratégias.



Educação, Cultura e Desporto

– Educação

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

– Organização dos Sistemas de Ensino

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGGdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)